

ÍNDICE

I

PRINCÍPIOS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA PENAL NA UE

	Págs.
MARIA FERNANDA PALMA — O princípio do reconhecimento mútuo e o reconhecimento de sentenças e de decisões judiciais na União Europeia.....	11

II

ENTREGA INTERNACIONAL DE PESSOAS

CARLOTA PIZARRO DE ALMEIDA — Cooperação judiciária e princípios constitucionais	23
CAROLINA PECEGUEIRO — Entrega ao Tribunal Penal Internacional: uma perspectiva Brasileira	39
FELIPE HOCHSCHEIT KREUTZ — A extradição Brasil-Portugal à luz da jurisprudência do STF.....	61

III

O MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU EM ESPECIAL

VÂNIA COSTA RAMOS — <i>Ne bis in idem</i> e Mandado de Detenção Europeu — Comentário ao caso <i>Gaetano Mantello</i> (acórdão do tribunal de justiça, de 16.11.2010, Processo n.º C-261/09).....	111
JOÃO MATOS VIANA — A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia a propósito das causas de recusa ou condicionamento da execução do mandado de detenção europeu, em função da nacionalidade ou residência da pessoa procurada.....	171
ORLANDO MANUEL JORGE GONÇALVES — O princípio da proporcionalidade e os pressupostos para a emissão do MDE na jurisprudência portuguesa	255

IV

AUXÍLIO JUDICIÁRIO PENAL E RECONHECIMENTO MÚTUO

	Págs.
VÂNIA COSTA RAMOS — <i>Freezing order</i> — um nado-morto? Primeira abordagem às decisões de congelamento para apreensão de elementos de prova com base na Decisão-Quadro 2003/577/JAI, do Conselho, e na Lei 25/2009, de 05.06.....	287

V

OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

ANTÓNIO HENRIQUES GASPAR — Revisão de sentenças penais estrangeiras.....	343
JORGE COSTA — Os instrumentos da União Europeia em matéria de reconhecimento de decisões pré e <i>post</i> sentenciais	365

VI

COOPERAÇÃO POLICIAL

MÁRIO MARQUES — A natureza e o papel da Europol na cooperação internacional em matéria penal.....	409
PAULO DE SOUSA MENDES — Os poderes do OLAF na luta contra as fraudes lesivas dos interesses financeiros da União e dos Estados-Membros.....	419